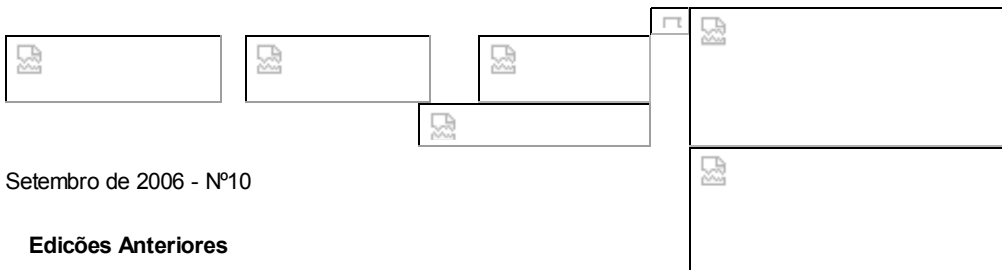


..... Ação Educativa



Setembro de 2006 - Nº10

Edições Anteriores

:: Ministério Público e Cedeca à frente de mobilização pelo transporte escolar de qualidade no Ceará

:: Projeto Pindorama reivindica inserção da história indígena no currículo escolar

:: Qualidade na educação infantil é tema de consulta entre crianças, pais e educadores

:: Situação irregular não pode impedir acesso à educação para imigrantes

Progressão continuada não pode ser responsabilizada pela falta de qualidade na educação

Implantados há mais de 10 anos em São Paulo, os regimes de ciclos e progressão continuada ainda geram polêmicas. Acusados por muitos, inclusive candidatos em campanhas eleitorais de serem os responsáveis pela má qualidade da educação pública, também são defendidos por outros tantos por possibilitarem a permanência das crianças na escola, ao respeitar seu tempo de aprendizagem. Há quem afirme, ainda, que os ciclos nunca foram implementados, por falta de condições nas redes de ensino. Pontos de vistas diversos em torno dessa questão foram debatidos no encontro “Ciclos e progressão continuada no ensino fundamental”, da série Desafios da Conjuntura, promovido pelo Observatório da Educação, programa da Ação Educativa, no dia 31 de agosto.

Max Ordonez, coordenador regional de educação no município de São Paulo (1989/1992) lembra que quando o tema começou a ser discutido na cidade de São Paulo, em 1989, com Paulo Freire à frente da secretaria de educação municipal, a proposta de substituição dos ciclos pela seriação, que estabelece novas formas de avaliação e, portanto, da concepção de aprovação e reprovação, foi acompanhada de ações que visavam formar o professor para atuar neste novo modelo. “Percebemos que não fazia sentido implementar os ciclos sem fazermos outras mudanças estruturais, como melhor formação do professor, repensar a estrutura curricular e a jornada de trabalho”, lembra.

A proposta não teve continuidade nas gestões seguintes o que a transformou em simples aprovação automática. “Como é que você vai respeitar o tempo de aprendizagem se você tem 40 alunos na sala de aula e os professores trabalhando três turnos?”, indaga o gestor.

No mesmo sentido, José Luís Feijó Nunes, professor da rede pública estadual em Diadema, afirma que tanto na prefeitura paulista como no governo do estado não o regime de ciclos nunca foi implantado. “A proposta inicial não prosseguiu e o sistema que temos hoje nem de longe pode ser chamado de ciclos. O que temos é uma forma falsa de incluir a todos na escola, dando a impressão de que estão incluídos, mas de fato a exclusão continua mesmo com o aluno dentro da escola”, comenta. “Se chegar ao 14 anos, matriculado na escola e sem saber ler ou escrever não for exclusão, não sei o que seria”, arremata.

Luís Antonio Silva Pereira, ex-aluno da rede pública estadual de Embu, atualmente cursando o primeiro ano do curso de Educação Física, afirma que as dificuldades enfrentadas na escola, em relação à qualidade do ensino, não são necessariamente originadas pela opção por esse modelo. “Eu saí de uma escola da periferia para estudar numa escola do centro, e era completamente diferente. Não entendo... as duas eram do governo estadual e tinham os ciclos, mas a da região central era bem melhor, com equipamentos e infraestrutura”, conta.

Concordando com Luís Antonio, Zoraide Inês Faustinone – Cenpec, lembra que a qualidade da educação não está diretamente relacionada ao modelo não-seriado. “Muitas questões atribuídas aos ciclos são na verdade problemas estruturais, que ficam mais evidentes nesse regime, mas que existem em todos”.

O professor Romualdo Portela, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, também reforça a ideia de que as questões centrais no debate sobre a qualidade da educação não estão necessariamente vinculadas ao regime de ciclos. “Nesse sentido, a

